



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE-PB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FERNANDA MARQUES DE MELO

**METAMORFIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
DO BAIRRO OLHO D'ÁGUA DO BUJARI
PÓS-FALÊNCIA CANAVIEIRA EM ALAGOA NOVA-PB**

**CAMPINA GRANDE – PB
2011**

FERNANDA MARQUES DE MELO

**METAMORFIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
DO BAIRRO OLHO D'ÁGUA DO BUJARI
PÓS-FALÊNCIA CANAVIEIRA EM ALAGOA NOVA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá

CAMPINA GRANDE – PB

2011

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

M528m Melo, Fernanda Marques de
Metamorfização do espaço urbano do bairro olho d'água do Bujari, pós-falência canavieira em Alagoa Nova-PB [manuscrito]: / Fernanda Marques de Melo. – 2011.
23 f.: il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.
“Orientação: Prof^a. Ma. Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá, Departamento de História e Geografia”.

1. Engenhos. 2. Urbanização 3. Metamorfização do espaço. I. Título.

21. ed. CDD 711.5

FERNANDA MARQUES DE MELO

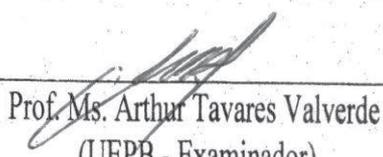
**METAMORFIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
DO BAIRRO OLHO D'ÁGUA DO BUJARI
PÓS-FALÊNCIA CANAVIEIRA EM ALAGOA NOVA-PB**

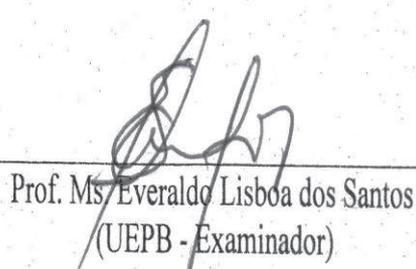
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção do grau
de Licenciado em Geografia.

Aprovada em 17/06/2011.



Prof.^a Ms. Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá
(UEPB - Orientadora)


Prof. Ms. Arthur Tavares Valverde
(UEPB - Examinador)


Prof. Ms. Everaldo Lisboa dos Santos
(UEPB - Examinador)

METAMORFIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO BAIRRO OLHO D'ÁGUA DO BUJARI PÓS-FALÊNCIA CANAVIEIRA EM ALAGOA NOVA-PB

MELO, Fernanda Marques de. Graduada em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba.
Contato: fernandam68@gmail.com

RESUMO

O presente artigo reflete a existência de um número significativo de engenhos localizados no município de Alagoa Nova- PB, os quais, pela falta de recursos, pelas modernas tecnologias imperantes e pelo novo modelo de trabalho foram suprimidos com o passar dos anos. Neste sentido, aborda-se aqui a metamorfose do espaço do antigo engenho Olho d'água pós-falência canavieira e sua conseqüente transformação em bairro graças a um processo de loteamento das terras. O principal enfoque deste trabalho é, portanto, analisar o processo de produção do espaço, o qual foi moldado dando origem a uma urbanização atrelada a problemas de ordem socioeconômica e política. Para a realização deste trabalho foram feitas visitas *in loco* a fim de colher informações junto aos moradores do bairro Olho d'água do Bujari, bem como entrevistas realizadas com ex-trabalhadores, com um produtor agrícola e outros indivíduos da localidade. Entre os autores analisados enfatiza-se Moreira e Targino (1997); Prado Júnior (2004); e Andrade (2005), os quais foram referenciais teóricos utilizados neste estudo de pesquisa.

Palavras-chaves: Engenhos. Alagoa Nova. Urbanização. Metamorfose do espaço.

1. INTRODUÇÃO

A agroindústria canavieira durante muitos anos foi uma atividade insigne na cidade de Alagoa Nova-PB, bem como em muitas outras cidades paraibanas localizadas, sobretudo, nas mesorregiões do litoral e do agreste, como é o caso do espaço do Bairro Olho d'água do Bujari, aqui analisado. Sabe-se da existência desde 1888, dos engenhos: Geraldo, Olho d'água do Arnau, Bonito, Queira Deus e o Verde (SALES, 1990, p. 66), no

século XX, o número de engenhos evidenciava-se em mais de vinte no território de Alagoa Nova. Dentre estes se enfatiza aqui o engenho Olho d'água por observar-se um intenso processo de urbanização nesta área nos últimos anos. Além disso, percebe-se que nos dias atuais o cenário, constituído ao longo dos tempos é desolador. Os principais agentes atuantes no entrave, atinentes a falência dos engenhos relacionam-se a moderna base técnica da produção agrícola, ao uso de máquinas cada vez mais substituíveis do trabalho humano, repercutindo assim, numa maior produtividade e rentabilidade nesse tocante. (MOREIRA, et al, 2001, p. 2).

É importante enfatizar que com o fim da(s) agroindústria(s) em Alagoa Nova, particularmente do engenho Olho d'água, o que surge é uma extensão do espaço urbano central, a partir da abertura da Avenida Mário Lima, bem como de um aglomerado de outras ruas que se estabelecem ali onde outrora havia um canavial.

Esse estudo evidencia que os paradigmas utilizados para os modos de produção impuseram seus reflexos na vida de muitas pessoas as quais sobreviviam do trabalho no engenho Olho d'água. A inadequação a esses novos paradigmas de trabalho acarretaram severas mudanças nos aspectos sociais e econômicos das pessoas, não só aquelas que trabalhavam no atinente engenho, assim como para a cidade de um modo geral. Com o fim de uma propriedade agrária, a qual foi transformada em espaço urbano, houve alterações no aspecto físico, o que conseqüentemente ocasionou problemas de cunho sócio-político e econômico para a cidade de Alagoa Nova.

Portanto, objetiva-se com esta pesquisa analisar a produção e a metamorfização do espaço na qualidade de vida das pessoas que o habitam, o qual se constitui atualmente no bairro Olho d'água do Bujari, bem como as pessoas que ali trabalhavam. Além disso, pretende-se aqui relacionar os desagradáveis resultados que teve a atividade canavieira advindos do não acompanhamento das técnicas rudimentares com as novas tecnologias.

Trata-se de uma pesquisa de cunho documental, na qual foi feita uma abordagem qualitativa de como a decadência de uma atividade pontual (agroindústria canavieira) afetou socioeconomicamente uma comunidade que, direta ou indiretamente, dependia desta atividade. Assim como se pretende evidenciar qual a perspectiva gerada em torno do surgimento do bairro Olho d'água do Bujari diante das dificuldades enfrentadas pelos seus moradores no seu cotidiano.

Para a realização dessa pesquisa, com abordagem qualitativa, foram necessárias, a princípio, algumas revisões literárias envolvendo as questões agrárias e urbanas. Para tanto, recorreu-se à autores como Souza (2003); Corrêa (1993); Prado Júnior (2004). A coleta de dados e informações se deu mediante observações e visitas *in loco*, bem como através de conversas informais e semi-estruturadas com os antigos e atuais trabalhadores, relacionando as suas histórias de vida durante o período em que trabalharam no engenho Olho d'água. Além disso, estabeleceu-se um contato com os moradores do novo espaço constituído a fim de perceber o processo de produção deste mesmo espaço.

Portanto, esta pesquisa encontra-se dividida em três tópicos. O primeiro intitulado 'A importância da cana-de-açúcar na formação histórica do Brasil' aponta a cana-de-açúcar como fator determinante no povoamento e na consolidação econômica da metrópole portuguesa; o segundo que tem por título 'A Paraíba no enfoque canavieiro: O fracasso dos engenhos e a presença inoperante das usinas' analisa o insucesso das usinas na Paraíba; já o terceiro tópico 'Alagoa Nova: Um olhar geo-histórico' reflete a repercussão sócio-econômica da falência do engenho Olho d'água e o surgimento de um novo espaço urbano.

2. A IMPORTÂNCIA DA CANA-DE-AÇÚCAR NA FORMAÇÃO DO BRASIL.

Tem-se evidenciado na história, ao longo de muitos séculos, o quanto o Brasil esteve numa situação subalterna em se tratando de Portugal, utilizado como fonte de riqueza para tantos outros interessados tão somente em fins lucrativos, criados e oferecidos a partir das suas riquezas naturais. O pau-brasil é um desses atrativos precedentes a cana-de-açúcar, já que “os primeiros contactos com o território que hoje constitui o Brasil, devem-se àquela madeira que se perpetuaria no nome do país” (PRADO JUNIOR, 2004, p.25), sendo, portanto autóctone, todavia constituiu um importante produto comercial para a coroa portuguesa, uma vez que as relações pecuniárias eram fomentadas e engrandecidas por demasiado com o oriente. Contudo, Prado Júnior (2004) aponta que o negócio do pau-brasil não progrediu na dimensão almejada pelos nossos colonizadores e em pouco tempo, alguns decênios apenas, o melhor dessa matéria-prima chegava ao declínio.

Com isso, Portugal encontrava-se obrigado a implantar outro produto que seria o novo sustentáculo da economia colonial. Nessa perspectiva a cana-de-açúcar foi inserida no Brasil no século XVI, “a cana chegou ao território brasileiro trazida pela expedição de

Gonçalo Coelho [...]”. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20). Assim faz-se necessário reconhecer que Portugal, enquanto metrópole, sempre pautou seu poderio alentado no uso da terra, uma vez que “o privilégio, outorgado ao donatário, de só ele fabricar moenda e engenho de água, denota ser a lavoura do açúcar a que se tinha especialmente em mira introduzir [...]”. (FURTADO, 1991, p. 41).

A cana-de-açúcar mostrava-se um produto promissor, haja vista as inúmeras possibilidades de desdobramento dessa matéria-prima, sobretudo o açúcar, o qual seria expressivamente comercializado com a Europa. Logo, mecanismos seriam imprescindivelmente estabelecidos pelo governo português no intuito de converter a cana-de-açúcar em produtos comercializáveis. No tocante a esses mecanismos

[...] compreende-se que a unidade fundada pelos colonizadores como célula básica da ocupação e da exploração do solo tenha sido o estabelecimento produtor de açúcar. Acresce que a produção açucareira supõe a presença, no próprio estabelecimento rural, de um equipamento de fabricar o produto chamado engenho, nome que, com o passar do tempo, passaria a designar a propriedade canavieira em geral. (MELO, 1975, p.30)

Não obstante, Melo (1975) ainda revela que a agroindústria canavieira, obviamente, funcionava intrinsecamente apoiada na monocultura da cana-de-açúcar. Toda a faixa litorânea da colônia dispunha de clima tropical e de solos propícios, no entanto, foi essencialmente no nordeste brasileiro em que essa atividade mais intensamente se desenvolveu. Em contrapartida, segundo Albuquerque (2003) o primeiro engenho fixou-se em 1533, na capitania de São Vicente, o que compõe atualmente, o sudeste do país, mais precisamente o território do estado de São Paulo.

Conforme já mencionado, percebe-se que o elemento primordial para que houvesse a conversão da cana em açúcar era o engenho, porém a implantação dessa empresa agroindustrial não era uma concretização muito singela, sendo assim sucede-se que:

A razão por que nem todas as propriedades dispõem de engenhos são as proporções e os custos das instalações necessárias. O engenho é um estabelecimento complexo, compreendendo numerosas construções e aparelhos mecânicos: moenda (onde a cana é espremida); caldeira, que fornece o calor necessário ao processo de purificação do caldo; casa de purgar onde se completa esta purificação. (PRADO JUNIOR, 2004, p. 38).

Entretanto, observa-se que:

O número de engenhos crescia constantemente; se eram cinco em 1550; somavam trinta em 1570, sessenta e seis em 1584 e cento e quarenta e quatro em Pernambuco, havendo ainda dezenove na capitania da Paraíba e dois na do Rio Grande do Norte, totalizando assim, no nordeste, 166 engenhos. (ANDRADE, 2005, p.76).

Por conseguinte Prado Junior (2004) expõe que as consequências dessas circunstâncias culminaram com o povoamento do litoral nordestino e concomitantemente com a posse da terra assegurada. Paulatinamente este espaço ia sendo moldado conforme as exigências de Portugal e os objetivos do seu donatário. Inúmeros negros foram importados da África e para compor o aglomerado contingente de escravos somavam-se alguns indivíduos autóctones. Nesses termos especifica-se: “escravidão negra e indígena coexistiram, desde o início da colonização.” (ANDRADE, 2005, p.77). Outrossim, “a escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra” (FURTADO, 1991 p.41). Com a posse da terra assegurada, nitidamente o modelo de produção assentava-se na utilização dessa mesma, constituída e fundamentada por grandes propriedades. Nesse contexto:

[...] Não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários. Além disso, e, sobretudo por isso, há um fator material que determina esse tipo de propriedade fundiária. A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações, não era empresa para pequenos proprietários isolados. Isto feito a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos, onde se preparava o açúcar, só se tornava rendoso quando realizado em grandes volumes. Nestas condições o pequeno produtor não podia subsistir. (PRADO JUNIOR, 2004, p.33).

Nesse sentido relata-se que o engenho

tratava-se, com efeito, de uma unidade de economia de mercado- o mercado internacional- para onde se voltavam todos os interesses em função dos quais se foi criando e ampliando toda uma estrutura de produção. Esses mesmos interesses comerciais somados ao fato de ser absorvente de capital e de força de trabalho o processo produtivo do açúcar, explicam o caráter monocultor do estabelecimento rural canavieiro. (MELO, 1975, p.31).

Inexoravelmente, o açúcar produzido a custa de muito trabalho escravo alcançou seu ápice “até meados do século XVII [quando] o Brasil será o maior produtor de açúcar” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 39). Tratava-se de um negócio ponderadamente rentável, mas passivo aos óbices comuns das relações comerciais. Mesmo assim, Portugal se sobrepunha em suas transações com a Europa. Nessas circunstâncias se descreve que:

[...] Nos três primeiros séculos de formação a produção do açúcar teve sempre a marca do crescimento extensivo, mediante a incorporação de terra e de mão-de-obra não implicando modificações estruturais que repercutissem nos custos de produção e, portanto na produtividade (FURTADO, 1991 p.61).

Diante do exposto, Furtado (1991) acrescenta que as condições rentáveis propiciavam Portugal. Entretanto, em fins do século XVIII na Europa, quando então os holandeses foram expulsos do nordeste brasileiro, passaram a produzir o açúcar oriundo da beterraba nas Antilhas. Eles dispunham de técnicas de fabricação de açúcar superiores as técnicas utilizadas pelos portugueses. Sendo assim, os insignes benefícios do açúcar das Antilhas se atrelavam tão notoriamente que, em pouco tempo, a riqueza das ilhas antilhanas aumentara quarenta vezes. Sem saída, as relações comerciais foram acirradas e o comércio do açúcar atinente a Portugal sucumbia-se na Europa.

3. A PARAÍBA NO ENFOQUE CANAVIEIRO: O FRACASSO DOS ENGENHOS CENTRAIS E A PRESENÇA INOPERANTE DAS USINAS

A forma pela qual a dinâmica canavieira comportava-se no Brasil colônia desde o século XVI não se apresentava efêmera e perdurava quando da exploração do território paraibano. Esta exploração, no entanto, “só ocorreu quase um século após o descobrimento do Brasil”. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 26). Numa primeira fase a metrópole estruturava-se nos sustentáculos do capital mercantil metropolitano, já em uma fase mais recente o uso agrário do solo vincula-se ao capital financeiro e industrial. A hegemonia do açúcar alastrava-se e fincava suas raízes no litoral paraibano, convém “identificar três grandes momentos desse processo no período em análise: o do domínio dos Engenhos, o da efêmera experiência dos Engenhos Centrais, o da dominação da Usina de Açúcar”. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 32).

Para todas as modalidades acima mencionadas a figura do senhor de engenho ressaltava-se e prevalecia como centro das articulações entre as variáveis econômicas, sociais e políticas. Configurava-se com um autoritarismo autocrático e não raro despótico, sendo assim estes senhores julgavam-se detentores de todas as coisas e de todas as pessoas. Faz-se necessário lembrar que

[...] a amplitude de cada exploração da cana, o valor avultado do engenho a mão de obra exigida, algumas dezenas de escravos e uns quantos profissionais assalariados, deixavam claro o caráter altamente capitalista do complexo agroindustrial canavieiro. Era preciso ter muito dinheiro para mover a empresa (MONT’ALEGRE, 1974, apud MELO 1975, p. 30).

Observa-se de tal modo que, mesmo essa empresa não apresentando vestígios de mecanismos mais sofisticados como os engenhos movidos por tração animal e os engenhos d’água, a aplicação de capital constituía um fator imprescindível nesse sentido. Entretanto, em suma, as técnicas utilizadas inicialmente não alcançavam nada mais senão a incapacidade e a deficiência para mover um negócio tão audacioso e gigantesco como o que representava a agroindústria canavieira. Andrade (2005) relata que somente em 1819, foi implantado o primeiro engenho a vapor em Pernambuco, já nos vales açucareiros de Paraíba, somente nas últimas décadas do século XIX essa modalidade de engenho vulnerável a uma maior produtividade passou a existir. Destarte pode-se relatar, através de Andrade (2005), que os engenhos a vapor na Paraíba foram implantados de forma tardia, assim fica explícito que esse sustentáculo econômico não desencadeava papel relevante para a economia portuguesa em terras paraibanas.

Os engenhos centrais compõem uma fase posterior aos engenhos banguês, pois nestes não há uma segregação da atividade agrícola e da atividade industrial. Os artefatos, os instrumentos utilizados mostravam-se mais rústicos e nessa dinâmica a produção acabava por se tornar mais lenta. Foi assim que as atividades, tanto a agrícola como a industrial incorporaram-se dando origem aos engenhos centrais. Para Moreira e Targino (1997) “na Paraíba a primeira e única concessão para a implantação de Engenho Central data de 11 de março de 1880”. (Idem, p.56). Nesse contexto relata-se:

Na segunda metade do século XIX começaram os engenhos a usar aparelhos capazes de fabricar o açúcar branco [...]. Passou-se a tratar então, das instalações dos engenhos centrais. Os engenhos centrais seriam

maquinismos possantes capazes de esmagar canas de vários engenhos banguês e de fabricar açúcar de melhor qualidade [...]. (ANDRADE, 2005, p.102).

Contudo ocorre que:

Estes engenhos centrais seriam, porém, [...], um sério fracasso, a maioria deles não moeu mais de um ano. Este fracasso deu margem ao surgimento da usina e a transformação de alguns engenhos centrais em usinas, mantendo-se assim a atividade agrícola e industrial em uma só mão (ANDRADE, 2005, p. 103).

Essas oscilações de valor pelas quais o açúcar esteve vinculado são responsáveis pelas inovações que se configuram, ao longo de muitos séculos, nas transformações por que passaram os estabelecimentos produtores de açúcar até chegarem às usinas. Segundo Andrade (2005) a primeira usina existente na Paraíba data-se do século XIX, tratava-se da usina Central São João. Enfoca-se que a usina “surgiu apoiada pelo poder público, não constituindo, portanto um resultado espontâneo do setor açucareiro, mas uma das várias formas por ele encontrada para garantir sua sobrevivência” (MOREIRA e TARGINO, 1997 p. 58). Sendo assim, em substituição ao senhor de engenho surge o usineiro, este

sem ligação com o campo, ao contrário do Senhor de Engenho, o usineiro é um homem da cidade, industrial como qualquer outro tipo de empreendedor e capitão de indústria que apenas vê na lavoura a produção de matéria-prima indispensável às suas fábricas e marca com uma intensidade sem igual, a irrupção e a influencia da cultura urbana sobre o campo [...] (AZEVEDO, 1948 apud MOREIRA e TARGINO, 1997 p. 64).

Da fusão de muitos engenhos centrais verifica-se que

No final dos anos 60, existiam no litoral da Paraíba cinco usinas de açúcar funcionado: Santa Rita, São João e Santana, no município de Santa Rita; Santa Helena em Sapé e Monte Alegre, em Mamanguape. Apenas esta última não pertencia a família Ribeiro Coutinho. Elas comandavam a organização econômica do espaço agrário regional. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 170).

Nessas circunstâncias, de acordo com Andrade (2005), as usinas estavam “sempre dispostas a estender seus trilhos, como verdadeiros tentáculos, pelas áreas onde pudesse obter cada vez mais canas” (p. 117). As usinas tiveram seus empreendimentos fomentados pelo PROALCOOL (Programa Nacional do Álcool), criado pelo Governo Federal em 1975. Este programa visava restabelecer o mercado canavieiro, uma vez que se constatava

uma queda no preço do açúcar. Concomitantemente tentava-se aquecer o mercado automobilístico incentivando o uso do álcool, enquanto combustível. Porém na Paraíba, esse auxílio pecuniário produziu um efeito líquido muito mais negativo do que positivo. Moreira e Targino (1997) apontam que:

Em 17 de abril de abril de 1995 a “Folha de São Paulo” divulgou um documento que revela os principais devedores nacionais do Banco do Brasil até novembro de 1994. Dos cem maiores devedores três usinas paraibanas: a AGICAN-Agroindústria de Camaratuba; a Usina Santa Maria S/A; Cia. Industrial Santa Helena e a Usina Santa Rita [...]. A dívida da Usina Santa Rita, segundo o citado documento, é avaliada pelo Banco do Brasil como de “*difícil solução ou irrecuperável*”. A soma das dívidas dessas empresas representa 4,98% do total da dívida dos cem maiores devedores do Banco do Brasil, segundo o documento citado (Idem, p.123-124. Grifo do autor).

Disso faz-se saber que o setor canavieiro paraibano em um patamar nacional não se classifica em termos apreciáveis. Provavelmente inferem-se nessa ótica os insucessos de muitos engenhos situados na Paraíba, sobretudo na microrregião do brejo em cidades como Alagoa Nova, Areia e Alagoa Grande ocorridos na década dos anos de 1990. A repercussão sobreveio suplantando a vida de pessoas diretamente envolvidas nessa realidade, conforme será abordado a seguir.

4.ALAGOA NOVA: UM OLHAR GEO-HISTÓRICO.

Alagoa Nova é um município do estado da Paraíba distante de Campina Grande 28 km e da capital, João Pessoa, 148 km. Está encravada na mesorregião do Agreste e na microrregião do Brejo paraibano, com uma área de 122, 25 km². Segundo o Conselho Nacional de Estatísticas ocupa o 41º lugar em extensão entre os municípios dos estados e representa 0,34% da área total do estado. O município de Alagoa Nova possui uma população de 19.686 habitantes é uma densidade demográfica aproximadamente de 151,9 hab./km² estando uma população de 9.889 localizada na zona rural enquanto um menor número de habitantes 9.797 concentra-se na zona urbana segundo o censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O município está a 500 metros de altitude, entre as coordenadas 7°06'30"S e 35°45'00"W. Limita-se ao norte com os municípios de Esperança, Remígio e Areia; ao sul com Matinhas; a oeste com São Sebastião de Lagoa de Roça e a leste com Alagoa Grande.

A economia do município fundamenta-se na agricultura destacando-se banana, laranja, batata-doce e cana-de-açúcar, entre outros. Pratica-se ainda a pecuária de pequena escala e semi-intensiva, sobretudo a bovina. Importante ressaltar que a produção de frutas faz do município uma das principais fontes de abastecimento para o mercado regional, conforme relatou um produtor do município¹.

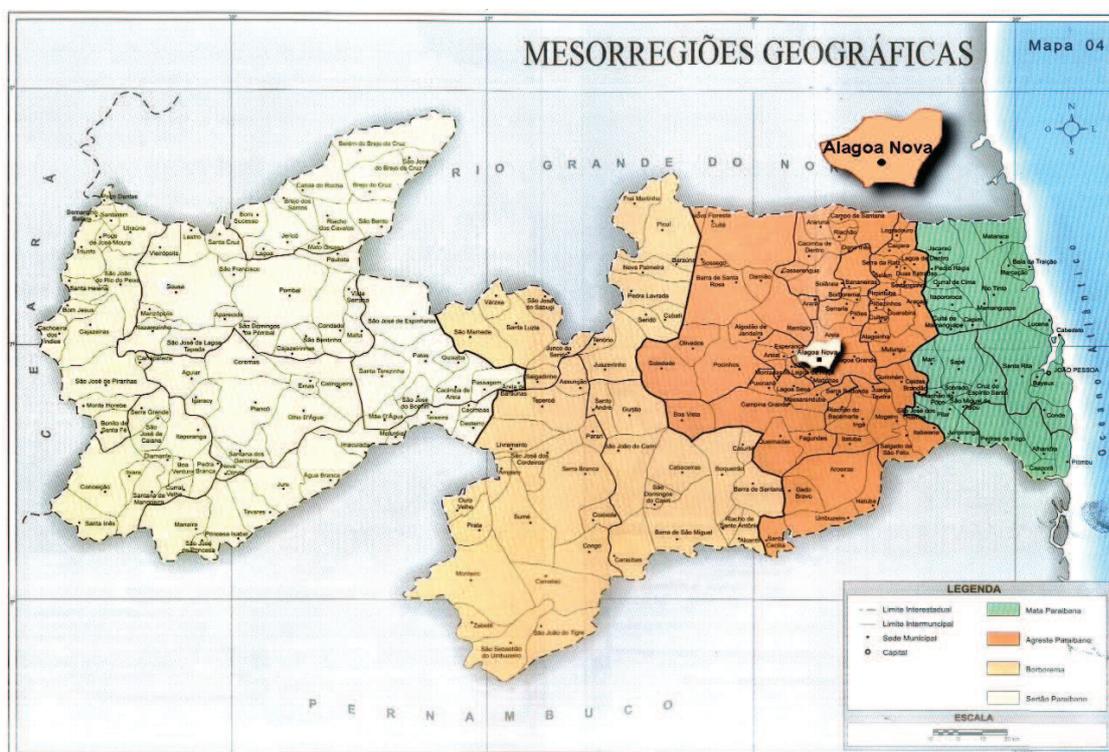


Figura 01: Mapa da Paraíba com destaque para o Município de Alagoa Nova. Fonte: RODRIGUEZ, 2000, p.13. Organização: Fernanda Melo. Outubro de 2010.

Apesar de a produção de frutas, como a banana e a laranja terem destaque no município de Alagoa Nova, enfatiza-se aqui a cana-de-açúcar, por ser nesta localidade, ou seja, na área do brejo paraibano em que mais se cultiva esse produto em grande escala. Alagoa Nova é um dos municípios do brejo em que muito se cultivou a cana-de-açúcar, por

¹ Entrevista semiestruturada, concedida em 15 de Maio de 2011. (Roteiro de questionamentos em anexo)

consequente abrigou um considerável número de engenhos no seu território entre os séculos XVIII, XIX e XX (BORGES, 1990, p.66),

Todavia nos dias atuais verifica-se uma queda bastante elevada no número destes engenhos. Este é o caso do engenho Olho d'água, que atualmente encontra-se desativado. Partindo desta informação, esta pesquisa a partir de uma análise socioeconômica e urbana, pretende esclarecer a metamorfose ocorrida com a enorme propriedade agrária canavieira, no período que compreende os fins da década de 1980 e início da década de 1990, a qual causou transtornos no tocante a falência do engenho Olho d'água e com o então surgimento de um novo espaço urbano.

4.1 O ápice e o colapso irreversível dos engenhos em Alagoa Nova.

Os engenhos localizados no município de Alagoa Nova eram detentores de grandes porções de terras tomadas pela cana-de-açúcar desde os mais remotos séculos. Conforme já apontado, contudo, o trabalho aqui apresentado abordará de forma mais aprofundada o engenho Olho d'água. Neste engenho e em outros localizados pela região fabricava-se somente o mel, a rapadura e a cachaça. As terras do engenho Olho d'água não comportavam grandezas em escalas mais amplas, se comparadas, principalmente, aos grandes latifúndios nacionais. Todavia a importância local deste engenho apresenta-se indissociável da/na vida de trabalhadores das mais diversas localidades alagoanovenses, seja na zona rural, seja na zona urbana.

De acordo com o depoimento de um ex-morador percebe-se a estreita ligação dos moradores com a terra:

Nasci e passei minha infância no engenho Olho d'água. Hoje estou com 51 anos e trabalho há vinte e cinco anos no mesmo lugar. Trabalhei em várias funções do plantio a colheita e atualmente permaneço quase como o único trabalhador que resta².

O mapa a seguir demonstra a existência de muitos engenhos do município, os quais até o século XX ainda produziam os derivados da cana embora em escalas não muito elevadas. Os engenhos Serra Preta, Beatriz e Assis funcionam ainda hoje, embora de forma

² Entrevista concedida no dia 23 de janeiro de 2011.

Em detrimento desses acontecimentos, as terras de Olho d'água foram ocupadas por criação de bovinos e atividades agrícolas, através do arrendamento. Anos mais tarde, estas terras passaram por um processo de cristalização, sendo assim, houve uma divisão destas em lotes, os quais passaram a ser vendidos para a construção de casas.

É relevante salientar que Olho d'água, indubitavelmente representou um marco na história socioeconômica de Alagoa Nova, bem como os demais engenhos localizados no município. Nesse sentido o Senhor Antônio Paulo relata:

Até dez anos atrás eram fabricados de oito a dez mil litros de aguardente no meu engenho (engenho Santo Antônio), toda segunda feira ia para distribuidora Espírito Santo, em João Pessoa. A aguardente lá ia ser engarrafada e espalhada para muitos lugares, até para o Sudeste do país. Fabricavam-se ainda duzentas cargas de rapadura por semana que já tinha destino certo para o sertão, mas a situação se agravou bastante depois que apareceram as usinas e a causa trabalhista passou a ser defendida por representantes de sindicatos. Esses representantes exigiam que as carteiras de trabalho fossem fichadas. Desse jeito ficou impossível continuar³.

Salienta-se ainda que o trabalho nos canaviais, ressaltado na entrevista acima, era árduo, algumas vezes inumano. As leis que amparavam os trabalhadores eram ignoradas. Nesse paradoxo, porém, essa situação fazia-se economicamente viável, haja vista ser a única alternativa de trabalho para muitas pessoas e concomitantemente consistir na incrementação da economia local.

Dessa forma enfatiza-se que o universo do engenho não compreende apenas uma estrutura predial, as ferramentas e os instrumentos embora rudimentares. No seu interior e fora dele existe um material humano o qual prepara o solo: limpa-o, aduba-o; realiza o plantio, a colheita e o transporte da cana no lombo do animal, sendo portanto, esta usada no processo de transformação. É exatamente ancorado nesses suportes que um engenho ganha vida: “a grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade” (PRADO JÚNIOR, 2004, p.38).

Envoltos nessa ótica reporta-se aos contingentes de pessoas fortemente presas a essa realidade. Sendo assim um ex-morador do engenho Olho d'água revela que o maior número de trabalhadores fixava residência até mesmo nas próprias terras do atinente

³ Entrevista concedida no dia 12 de Março de 2011.

engenho, somente poucas pessoas residiam na zona urbana. Ao todo, eram cinquenta e duas casas e hoje não se encontra uma sequer. O cenário é de desolação, onde o abandono e as ruínas compõem a paisagem que outrora eram ricos celeiros. Conforme se pode observar abaixo (Figura 03) o império canavieiro em Alagoa Nova foi suprimido.



Figura 03: Áreas de loteamento onde antes havia canavial. Acervo pessoal de Fernanda de Melo. Janeiro de 2011.

Do exposto faz-se necessário descrever a fala de um ex-trabalhador do engenho Olho d'água:

Até mesmo uma pequena criação de gado que existia aqui em Olho d'água desapareceu. No começo desse ano (2011) o dono do engenho levou a única vaca que restava. Esta vaca havia parido há pouco tempo, então ele esperou ela aparta-se do filhote e levou-os consigo. Do engenho só o que resta agora são as partes íngremes e mais afastadas do centro da cidade que estão sendo vendidas por lotes.

Nesse contexto, pode-se observar o quanto as agroindústrias canavieiras em Alagoa Nova e particularmente no caso do engenho Olho d'água, por mais rústico que se constituísse, apoiavam-se como importante fonte de emprego e destarte contribuía para a subsistência de um diminuto comércio local.

4.2 Metamorfização do espaço agrário em espaço urbano.

Pode-se refletir que as mudanças nas terras do engenho Olho d'água tem uma peculiaridade importante. Sendo um espaço que se encontra próximo aos arredores da cidade estas terras são hoje palco de um urbanismo crescente, onde, em suas circunvizinhanças, diversas construções estão sendo feitas. Este lugar foi, nas décadas de 1980 e 1990, ocupado por uma vasta atividade agrícola, em princípio pela cana de açúcar, e depois por atividades de arrendamento para a produção de diversos gêneros alimentícios, a exemplo da batata-doce. Atualmente surge como um lugar de ocupação, onde a falta de infraestrutura se percebe evidente. Sobre isso se pode refletir, a partir das palavras de Deák (2004),

Que durante os períodos alternados de recuperação/recessão de 1985 até hoje, o planejamento urbano chegou a ser promovido a atividade obrigatória pela Constituição de 1988, mas permanece restrito a iniciativas isoladas e anêmicas que, na melhor das hipóteses, arrolam 'problemas', mas nem preconizam e muito menos propõe 'soluções', a não ser pífias, mas que amiúde simplesmente procuram desviar a atenção das áreas críticas do processo urbano, promovendo problemas falsos (como conservação da natureza), inatingíveis (como qualidade de vida) ou inócuos (como impacto ambiental) (Idem, p. 14).

Uma realidade neste discurso ainda é evidente em muitas das áreas que são demarcadas por transformações em lugares destinados à urbanização, os quais podem ser chamados ainda de lugares/espços ocupados, pois apesar de ter sido muitas das vezes 'projetados' pelas prefeituras, não atendem a nenhuma especificação do que se considera urbanização e foge do que garante a Constituição⁴.

Portanto, refletindo sobre os arredores da cidade de Alagoa Nova, mas especificamente no bairro Olho d'água do Bujari, vê-se uma aglomeração de casas, estabelecimentos comerciais, oficinas, entre outras ocupações, que demarcam o espaço de forma acelerada não sendo visto nenhuma obra que possa ser amenizadora dos problemas que se fazem evidentes no espaço. Trata-se de uma área de várzea, onde na maior parte do

⁴ Conforme o Art.182 da Constituição Federal do Brasil, 1988. A política de desenvolvimento urbano executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes. (BRASIL, 1988)

ano, por causa das chuvas recorrentes, ocorrem alagamentos das ruas, as quais ainda não foram pavimentadas favorecendo a proliferação de insetos. Nesse sentido, nos relata uma moradora:

Na época do inverno tudo por aqui se torna mais difícil, é ruim para nós moradores e até para quem não mora aqui. Tudo fica alagado é quase impossível trafegar, além de tudo isso já foram encontradas até larvas do *aedes aegypti* nas poças de água que se formam. Chamamos os agentes de combate da dengue para tratar os focos do mosquito.

Diante do exposto observa-se que as transformações no Olho d'água do Bujari têm avançado por uma área cada vez mais extensa, onde o terreno palustre se torna indiferente àqueles que adquirem/compram loteamentos no lugar. Parece que a ocupação nesse bairro não percebe que “a gestão dos serviços públicos, a produção e a regulamentação do uso do espaço urbano terão de se adaptar à evolução do estágio de desenvolvimento” (DEÁK, 2004, p.17). Sobre isso se mostra a ideia de desenvolvimento como um fator de uso racional dos espaços pelos órgãos públicos, e/ou pela população, de forma a promover um uso coerente dos espaços a serem habitados.

Percebe-se, portanto, que o que ocorre nesse novo espaço formado é uma constante no país, pois o fato da cidade está se estendendo através da construção de casas em vários lugares não representa desenvolvimento, mas sim um impulso para a ocupação desordenada e sem nenhum planejamento. A imagem a seguir demonstra muito bem a falta de infraestrutura desses espaços (Figura 04).

Em virtude de todos os fatos ocorridos, a natureza vai se irrompendo desordenadamente, de modo a surgir, portanto, um espaço artificial, considerando que a ação antrópica, sobretudo, funciona como o principal instrumento de metamorfização. As cidades ou o aumento delas é o melhor exemplo dessas metamorfizações substituíveis do espaço natural. Nestas circunstâncias, Santos (1988, p. 52) descreve que “o homem também vai impondo à natureza suas próprias formas, a que podemos chamar de formas ou objetos, culturais, artificiais e históricos”.



Figura 04: Ausência de infraestrutura na área urbanizada. Acervo pessoal de Fernanda de Melo. Janeiro de 2011.

Nessa dinâmica da ruptura do meio natural, no que concerne as terras de Olho d'água, o uso agrário do solo dá lugar à especulação imobiliária, uma vez que cessaram-se as atividades do engenho e as terras foram divididas em lotes para a venda. Corrêa (1993) especifica esse caso comentando:

Os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de status. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana [...]. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso (Idem, p. 16).

Nesse sentido ressalta-se a fala do Senhor Inácio Serafim, morador local:

As terras deixaram de produzir cana-de-açúcar, então o proprietário, de acordo com o prefeito resolveu lotear os terrenos. A primeira área loteada foi dividida em 72 lotes no ano de 1998, mas outros loteamentos foram

sendo feitos e hoje já são mais de 500 lotes, incluindo os terrenos doados a prefeitura em troca de benefícios para o bairro.

No bairro Olho d'água do Bujari constata-se a existência de muitas ruas, onde a maioria não se isenta de variados problemas. Precária coleta de lixo; má iluminação; ausente abastecimento de água, o qual deveria ser fornecido pela CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba). Somente a principal rua do bairro, a Avenida Mário Lima, dispõe dos serviços da CAGEPA, de uma melhor iluminação, e é pavimentada. Recentemente, as ruas Sebastião Borges, bem como José Leal da Fonseca, foram contempladas parcialmente com obras de pavimentação.

Para solucionar o problema do abastecimento de água alguns moradores possuem em suas residências poços. Assim, o consumo de água acontece de forma racionada ou não, uma vez que isso ocorre numa interdependência do número de domicílios existentes e articulados num só poço. A partir da análise da água de um dos poços residenciais do bairro, a qual foi realizada pela Secretaria de Saúde do Estado percebe-se que a água utilizada pelos moradores encontra-se imprópria para o consumo humano. De acordo com essa análise, verifica-se que o resultado de conclusão do laudo é “insatisfatório”. No entanto, quando do conhecimento do resultado do laudo, a proprietária do poço relatou que não há muito o que fazer, uma vez que o poço é a única alternativa de água para ela e para todos os demais que utilizam daquela água.

Assim esse trabalho traz em si a intenção de provocar o poder público local para que haja o cumprimento daquilo que já é garantido pela lei, mas que muito comumente não é efetivado, sobretudo, em localidades onde as pessoas permanecem alheias à sua própria realidade. Essa inércia que há nas pessoas acaba por constituir um sólido fator de entrave em prejuízo de si próprio, enquanto agentes transformadores de suas histórias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho vem mostrar o fato de que as transformações ocorridas no campo têm uma influência direta no contexto das cidades. A questão urbana vem sendo estudada no sentido de compreender como as cidades se estruturam para receber o

contingente populacional que cada vez mais prefere ou é obrigada a habitar o urbano em detrimento do rural.

A população é expulsa do campo pela diminuição na oferta de emprego ou pela violência que ocorre nos grandes centros urbanos. É, sobretudo essa população, que abita tais áreas comumente escassas de infraestrutura e de saneamento básico, os quais por fim dão origem a outros problemas sociais. É válido salientar que o direito a moradia esteja atrelado a uma vida digna. Não parece ser de interesse das autoridades públicas a criação de melhorias nesse sentido, ao mesmo tempo é indispensável uma participação mais efetiva da população, quando da implantação, desenvolvimento e execução das políticas públicas.

Desde o início desta pesquisa, a qual se reporta ao século XVI, percebe-se o quanto as estruturas urbanas daquela época já apresentavam sinais de deficiência na sua forma de conceber o urbano. Ao longo dos séculos, observa-se que o crescimento urbano somente atuou contribuindo por agravar ainda mais as dificuldades que já existiam. Não há de fato um desenvolvimento urbano, o que surge é um crescimento desordenado, impulsivo e abrupto daquilo que se propõe ao urbano.

Portanto, a intenção deste trabalho é pensar o novo como algo a ser elaborado, discutido e planejado, daí então, ser executado. Não há mais como materializar as coisas aleatoriamente, sobretudo, porquanto o caos que se instalou é por demais. Há que se despertar para o caso do caos na questão urbana.

ABSTRACT

This article reflects the existence of a significant number of mills located in the city of Alagoa Nova-PB, which, by lack of resources, the prevailing modern technologies and new working patterns have been suppressed over the years. In this sense, it approaches the

space here metamorfização Eye of the old mill water post-bankruptcy sugarcane and its consequent transformation into a neighborhood through a process of allotment of land. The main focus of this paper is therefore to analyze the process of producing space, which was cast leading to an urbanization linked to socioeconomic problems and politics. For this work were made on-site visits to gather information with the residents of the neighborhood the look of water Bukhari, as well as interviews with former workers, with a farmer and others of the locality. Among the authors analyzed the emphasis is Targino and Moreira (1997); Prado Júnior (2004) and Andrade (2005), which were theoretical framework used in this research study.

Keywords: Engine. Alagoa Nova. Urbanization. Metamorphose of space.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Em nome da liberdade: O esgotamento do sistema de moradia e o aumento do poder de barganha de voto em Atalaia no período de 1988 a 2000.** (Dissertação de Mestrado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Disponível em <http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040609141608.pdf> Acessado em Setembro de 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** 7. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília: Senado Federal, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1993.

DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 24 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

IBGE, **Censo 2010.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acessado em Maio de 2011.

MELO, Mário Lacerda de. **O açúcar e o homem no Nordeste**. Recife: IJNPS, 1975.

MOREIRA, Emília, TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Atlas escolar da Paraíba. Espaço geo-histórico e cultural**. 3.ed. Ampliada e atualizada. João Pessoa: Grafset, 2002.

SALES, José Borges de. **Alagoa nova: Notícias para a sua História**. Fortaleza, Gráfica Editora R. Esteves Tipogresso Ltda, 1990.

SANTOS, MILTON. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.